

## Políticas de acessibilidade no ensino superior: desafios institucionais

Claudovil Barroso de Almeida Júnior<sup>1</sup> e Sueli Fernandes<sup>2</sup>

1 Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Licenciado em Pedagogia e Especialista em Educação Especial e Inclusiva (IESAP). Professor da Educação Especial (GEA/AP), Brasil. E-mail: claudovilbarroso@bol.com.br

2 Doutora em Letras (UFPR). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE e do Setor de Educação (UFPR), Brasil. E-mail: suelifsol@gmail.com

**RESUMO:** O estudo irá discorrer sobre o estudante com deficiência no ensino superior, a partir da análise de documentos oficiais e de ações de acessibilidade arquitetônica, pedagógica e atitudinal, compreendidas como meio para o ingresso e permanência neste nível de ensino. Os objetivos expressam-se em analisar políticas institucionais no tocante a acessibilidade no ensino superior, bem como verificar e refletir sobre ações acessíveis para estudantes com deficiência neste nível de ensino. O referencial teórico está fundamentado em políticas educacionais e contribuições de autores que discutem a acessibilidade no ensino superior. Metodologicamente, o estudo apresenta um caráter qualitativo, através da pesquisa exploratória, com a revisão de literatura. Quanto aos resultados, observou-se que a acessibilidade no ensino superior permanece no campo teórico, o que inviabiliza que políticas institucionais se concretizem. Em suma, o momento é de ressignificar ações que possibilite discussões e, sobretudo a efetividade de políticas dentro das instituições, em vista de desconstruir barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais para pensar em um ambiente acadêmico que vivencia valores e princípios inclusivos.

**Palavras-chave:** Estudante com Deficiência. Acessibilidade. Ensino Superior. Políticas Institucionais.

### Policies of accessibility in higher education: institutional challenges

**ABSTRACT:** The study will discuss the student with a disability in higher education, based on the analysis of official documents and actions of architectural, pedagogical and attitudinal accessibility, understood as a means to enter and remain at this level of education. The objectives are expressed in analyzing institutional policies regarding accessibility in higher education, as well as verifying and reflecting on accessible actions for students with disabilities at this level of education. The theoretical framework is based on educational policies and contributions from authors who discuss accessibility in higher education. Methodologically, the study presents a qualitative character, through the exploratory research, with the literature review. Regarding the results, it was observed that accessibility in higher education remains in the theoretical field, which makes it impossible for institutional policies to materialize. In short, the moment is to re-signify actions that allow discussions and, above all, the effectiveness of policies within institutions, in order to deconstruct architectural, pedagogical and attitudinal barriers to think of an academic environment that experiences inclusive values and principles.

**Keywords:** Student with Disability. Accessibility. Higher education. Institutional Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo e a investigação em torno do paradigma da inclusão emergem da importância em querer conhecer como acontece

o desenvolvimento de estratégias educacionais, para promover o ingresso e a permanência dos estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior.

Os objetivos desta pesquisa se concen-

traram em analisar políticas institucionais que oferecem diretrizes para a acessibilidade no ensino superior; como também verificar ações de práticas acessíveis no ensino superior e; refletir sobre a acessibilidade do estudante no ensino superior.

Com esse estudo, espera-se contribuir com reflexões em torno da compreensão sobre a implementação e a efetividade de políticas de acessibilidade nas instituições do ensino superior frente ao defender os direitos de estudantes com deficiência. Além disso, sua análise se expressa com a construção de conhecimentos inclusivos refletidos na transversalidade, mediante o discurso da acessibilidade neste nível de ensino, com destaque às políticas institucionais destinadas ao ingresso e a permanência desses estudantes.

Para tanto, é interessante evidenciar que a acessibilidade no ensino superior é percebida como um constante desafio, por provocar constantes reflexões sobre o processo de ensino e de aprendizagem do estudante com deficiência, como também percebê-lo como um ser que possui potencialidades para ser autor e ator de conhecimentos científicos.

## 2 ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

No Brasil, as discussões teóricas sobre a educação das pessoas com deficiência tiveram início com a [Constituição Federal \(1988\)](#), ganhando grandes representatividades internacionais a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jontien (1990), com destaque notório, quatro anos mais tarde, com a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais em Salamanca (1994) e, em 2008, com a 48ª Conferência Internacional sobre

Educação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

As políticas destinadas à inclusão das pessoas com deficiência ganharam repercussões no Brasil com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº. 9.394/96 ([BRASIL, 1998](#)) que destinou o Capítulo V à Educação Especial, sendo esta uma modalidade de ensino transversal, presente desde a educação infantil ao ensino superior, reafirmada em 2001 por meio das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial ([BRASIL, 2001](#)), tendo como perspectiva uma educação igualitária e de qualidade para alunos com deficiência.

Atualmente, observa-se que o acesso ao ensino fundamental no Brasil está assegurado politicamente a todas as crianças e jovens. Porém, verifica-se que as políticas não procuraram se adequar às peculiaridades e/ou até mesmo exigências da educação na atualidade, no que se refere a se consolidar na prática. Isto porque,

[...] a abertura da escola não veio acompanhada de transformações capazes de alterar suas formas de organização e funcionamento, de assegurar condições de trabalho, salário e formação dos professores, comprometendo sua mudança qualitativa. A permanência na escola graças apenas à ausência de reprovação ao longo do ensino fundamental não está assegurando aos alunos uma aprendizagem efetiva. A manutenção das práticas educativas, da estrutura e da cultura tradicionais faz com que a escola ofereça um ensino aligeirado, contribuindo para preservar a situação de exclusão vivida pelos segmentos menos favorecidos economicamente ([ALMEIDA, 2002, p. 63](#)).

[Mittler \(2002\)](#) evidencia que, a partir de 1990, o sistema educacional estava plenamente amparado em um discurso inclusivo, com princípios de igualdade, democracia e diversidade. No entanto, considera-se que o discurso expresso nas leis não garante práticas de acessibilidade na educação, por demonstrarem distanciamento e/ou até mesmo certo antagonismo entre teoria e prática.

A educação especial precisa estar como uma proposta pedagógica organizada e planejada, inserindo nessa perspectiva os financiamentos destinados para assegurar ou garantir apoios e recursos físicos, pedagógicos e humanos destinados aos estudantes com deficiência, não só os da educação básica, mas também do ensino superior.

O movimento pelo acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior começou a ser problematizado a partir da década de 1990, com documentos legais. A primeira iniciativa registrada no Brasil foi realizada por meio do Ministério da Educação (MEC), com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), perante a Portaria nº 1.793/94, que recomendava a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e demais licenciaturas ([MOREIRA, 2004](#)).

A segunda iniciativa ocorreu em 1996, com o Aviso Circular nº 277 MEC/GM8 que solicita das Instituições de Ensino Superior (IES) a viabilização de condições de acesso aos candidatos com deficiência em seus concursos vestibulares, como também desenvolvam ações que possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais, de infraestrutura e de capacitação de recursos hu-

manos, de modo que seja atendida uma permanência de qualidade a esses alunos ([MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011](#)).

Em 2003, é instituída a Portaria n.º 3.284/2003 que trata dos requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior ([BRASIL, 2003](#)). Também foi sancionado o Decreto n.º 3.298/99 que estabeleceu às instituições de ensino superior a necessidade de adaptar as provas e conceder os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno com deficiência, inclusive tempo adicional para a realização das provas, conforme as características da deficiência ([BRASIL, 1999](#)). Além disso, responsabiliza o Ministério da Educação expedir instruções para que os programas de Educação Superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados ao estudante com deficiência.

Em 2008, o texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ([BRASIL, 2008](#)), trouxe grandes colaborações ao reafirmar a transversalidade da educação especial em todos os níveis, modalidades e/ou etapas de ensino, como também preconiza que sua ocorrência ocorrerá através de ações que possibilitem o acesso, a permanência e a participação dos alunos com deficiência no ensino superior.

Para ter essa participação, é necessária a viabilização da acessibilidade. Nesse sentido, segundo o:

Capítulo III: Das Condições Gerais da Acessibilidade

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I – acessibilidade: condição para a utiliza-

ção, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; [...] ([BRASIL, 2005, p. 45/46](#)).

É relevante expressar que o estudante com deficiência tem dificuldade de ingressar ao ensino superior, pela ausência de se efetivar políticas de acessibilidade no momento em que foi negada a educação que deveria ser direito de todos. Acarretando em inconsequentes defasagens expressas no histórico escolar ainda que simbolicamente, mas representadas concretamente no momento da seleção via vestibular.

Torna-se imprescindível que se efetivem políticas de acessibilidade que potencializem a acessibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior. O que se observa dentro deste contexto é que academia é um centro de formação de saber, todavia, é um ambiente segregacionista e/ou excludente, por não respeitar as diferenças estudantis que estão presentes.

Esse cenário é percebido pela inexistência da acessibilidade arquitetônica nos campi universitários, impedindo e restringindo a locomoção livremente dos estudantes de acessarem quaisquer informações de seu interesse.

Outro obstáculo encontrado é a falta de acessibilidade pedagógica representada pela má formação dos profissionais da educação, impedindo que barreiras atitudinais sejam desconstruídas para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça qualitativamente ([VITALIANO, 2010](#)). Torna-se imprescindível que o professor redimensione

sua pedagogia para uma ação inclusiva. O que se presencia são práxis com metodologias tradicionais que não contemplam e nem respeitam o aluno com deficiência.

Para acontecer momentos que irão beneficiar todos, é fundamental que o professor possibilite a acessibilidade do estudante com deficiência, com permanentes reflexões sobre seu papel social, no tocante a incorporação de atitudes acessíveis que irá desencadear a autonomia e independência socioeducacional do mesmo.

Nessa perspectiva, [Godoy \(2002, p. 17\)](#) expressa que:

A pessoa [...] com deficiência ainda tem muito a lutar e teremos que lutar muito com elas para vê-las usufruir do direito numa sociedade competitiva, discriminadora, marginalizada, excludente ou porque não dizer, excluída daqueles que difere dos padrões adotados e ditos normais.

As instituições de ensino superior têm por função, a formação do homem, numa perspectiva técnica, política e, sobretudo humana, independentemente de suas condições biológicas. E essa função, de acordo com [Morin \(2011\)](#), tem que ser continuamente interpretada e ressignificada conforme o momento histórico-social que se está vivendo, em razão dos desafios da atualidade que são as instituições adequarem suas propostas pedagógicas, assegurando a equiparação das oportunidades.

Nessa conjuntura, a relação entre o acesso e a permanência do estudante com deficiência no ensino superior vem assumindo um papel cada vez mais instigador, em vista de contextualizar um processo de ensino-aprendizagem que articula a aquisição de

saberes que contemplem as diferenças sociais numa intensa rede de complexidade referente às relações humanas.

Além disso, nota-se que, apesar de as instituições de ensino superior passarem por inúmeras transformações, as quais trazem-se em mudanças densas, com conquistas e outras nem tantas, estas não são suficientes para atender as necessidades da sociedade, nem as exigências do momento histórico ([MORTHY, 2003](#)).

As instituições têm como princípio a formação, e a propagação do conhecimento, como qualificar recursos humanos no que tange a formação inicial e continuada. Logo, o universo do ensino superior precisa ser acessível às pessoas com deficiência.

O ensino acadêmico é um processo de busca e de construção científica e crítica do conhecimento produzido. É preciso repensar na instituição universitária, como também na profissionalização docente ([PIMENTA; ANASTASIOU; CAVALLET, 2003](#)).

Portanto, é necessário que haja política de acessibilidade consistente e afirmativa, com a finalidade de promover condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Essa ação é concebida como um grande desafio, em decorrência do novo, do desconhecido, do complexo.

O desafio, então, é construirmos não um direito ao Ensino Superior em termos de acesso universal e obrigatório a todos, mas sim no sentido, de uma progressiva expansão e enquanto garantia enquanto àqueles que aspiram um diploma e formação superior, aperfeiçoada as formas de assegurar igualdade de oportunidades no acesso e permanência, inclusive em instituições altamente competitivas ([MOEHLECKE, 2000, p. 175](#)).

Torna-se oportuno evidenciar que as condições para manter os estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior estão diretamente condicionadas à democratização do ensino. Nessa perspectiva, é preciso repensar e ressignificar o fazer pedagógico, como a aquisição de materiais didáticos adequados, tecnologias e, sobretudo redes de suporte, com destaque à profissionalização docente.

Na universidade, o professor receber em sala de aula estudantes com NEE [necessidades educacionais especiais], enfrenta uma situação nova e desafiadora, já que, na grande maioria das vezes, desconhece as especificidades, os apoios e os recursos que esta demanda requer. Isso faz com que parte dos professores enfrente dificuldades iniciais relacionadas à falta de conhecimento e a tendência de uma representação negativa da deficiência ([MOREIRA, 2004, p. 61](#)).

Mediante esse contexto acima, é interessante a análise proposta, por buscar construir conhecimentos relacionados à acessibilidade, com proposições de incorporar atitudes e reflexões que possibilite o acesso e a permanência do estudante com deficiência por meio da incorporação de políticas de acessibilidade e, principalmente a partir da mudança física, pedagógica e, sobretudo, atitudinal no ensino superior.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia do presente estudo se concentrou na pesquisa exploratória, com a coleta de dados na revisão de literatura, mediante abordagem qualitativa. De acordo com [Teixeira \(2013\)](#), a leitura que se realiza a partir da pesquisa bibliográfica possui o



objetivo de identificar as informações pertinentes para o estudo, com também analisar diversificadas contribuições específicas que podem ser acessadas sobre a temática.

A pesquisa consultou documentos oficiais e trabalhos científicos, seu objetivo foi verificar se as produções examinadas interessavam ao estudo. Primeiramente, houve uma leitura exploratória sobre os dados coletados, posteriormente, produziu um plano de leituras por meio de resenhas com a possibilidade de vir servir para a fundamentação teórica do objeto de estudo.

#### 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

De acordo com as consultas e análises realizadas em documentos oficiais e nas produções sobre essa temática, observou-se que as instituições de ensino superior atuam desvinculadas de princípios sociais na perspectiva da inclusão. Isto porque as legislações educacionais não são respeitadas, restringindo-se ao campo teórico, desrespeitando o que está expresso nas Leis. Além disso, registra-se que de acordo com os trabalhos investigados os ambientes acadêmicos não são acessíveis arquitetonicamente, infringindo diretamente no direito de ir e vir, por não oferecem privacidade e segurança para os estudantes com deficiência, no tocante em transitarem livremente no interior das instituições de ensino superior.

Outro fator que, merece destaque é a ausência de sensibilização da comunidade acadêmica ao incluir todos os estudantes, sem a exclusão mediante sua diversidade biológica, visto que este exerce direitos e deveres como qualquer outro indivíduo. Dessa maneira, é imprescindível que a cultura acadêmica comece a ressignificar sua

concepção em relação a partilhar e exercitar a ideia da educação para todos, com possibilidades fundamentais de inclusão superando simplesmente a morfologia da palavra.

Nesse sentido, evidencia-se que as pessoas com deficiência não se sentem estudantes pertencentes do ensino superior, por haver constantemente a construção de barreiras atitudinais, o que reflete e repercute significativamente em seus processos de ensino-aprendizagem. A prática pedagógica do professor precisa ser modificada para a perspectiva inclusiva, isto é, sua metodologia tem que ser acessível e conceber que os estudantes apresentam potencialidades, independente da sua condição biológica.

As instituições de ensino superior não garantem a permanência plena dos estudantes com deficiências na academia, pelo fato da ausência de políticas de acessibilidade para se efetivar e em seus interiores, em relação à barreira arquitetônica – fato ressaltado anteriormente. Como também, uma ineficiência da formação inicial e continuada do professor direcionada à perspectiva inclusiva no que se reflete na qualidade do processo educativo.

A formação do professor tem que passar pela qualificação constante, em vista de saber atuar com estudantes que possuem deficiência, já que a diferença estudantil no ensino superior é real! Nesse sentido, ao dar oportunidades de acessibilidade para o estudante, o educador vislumbrará uma concepção pedagógica empática, numa perspectiva crítica.

As condições educacionais destinadas aos estudantes com deficiência no ensino superior são inexistentes, pelo motivo de não haver um plano de ensino respeitando

suas peculiaridades e a ausência de materiais pedagógicos adaptados.

Nesse sentido, observa-se que a falta das condições dificultam a acessibilidade dos estudantes com deficiência no ensino superior. Como também, o reforço da discriminação, dos estigmas, dos estereótipos e dos preconceitos, desencadeando na exclusão socioeducacional.

## 5 CONCLUSÃO

De acordo com a pesquisa realizada em documentos oficiais e referenciais teóricos, observa-se que não há desenvolvimento de estratégias educacionais para o ingresso e permanência dos estudantes com deficiência, em razão da ineficiência de políticas de acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior, refletindo significativamente no ingresso e, sobretudo na permanência destes.

Além disso, reitera-se que as prerrogativas expressas em documentos oficiais são infringidas pelas instituições, por não haver a aplicabilidade no cotidiano, visto que o estudante com deficiência é realidade no ensino superior. Também, observa-se que há um forte distanciamento entre o discurso teórico e prático em razão deste não considerar a subjetividade, com evidência à diferença estudantil, dificultando ainda mais o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Outro fator que merece ser evidenciado é o despreparo dos profissionais da educação em relação às suas formações inicial e continuada, repercutindo negativamente no processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência, pois suas práticas pedagógicas não contemplam a perspectiva inclusiva, visto que estas não induzem os

acadêmicos a construir conhecimentos científicos de maneira crítica, autônoma e reflexiva, por não acreditar em suas potencialidades.

Dessa maneira, é interessante considerar que as políticas de permanência para os alunos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino superior, precisam estar diretamente condicionadas à democratização do ensino. Nessa perspectiva, é imprescindível repensar e ressignificar ações que possibilitem o acesso dos estudantes com deficiência a este nível de ensino, tais como: a adaptação arquitetônica, com a garantia de ir e vir livremente pela instituição; o fazer pedagógico, com a aquisição de materiais e tecnologias didáticas adequadas e; a acessibilidade atitudinal, mediante a profissionalização docente numa perspectiva inclusiva.

O presente estudo contribuiu para compreender que a acessibilidade no ensino superior é uma realidade bastante recente que merece maiores discussões, estudos e aprofundamentos direcionados às dificuldades encontradas, no tocante a problemas estruturais, isto é, arquitetônicos, como também de profissionais qualificados e a busca incessante pelo acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Infelizmente, o que se observa é que cursos excludentes se perpetuam pelo universo do ensino superior principalmente de profissionais, ao admitirem que não foram preparados para serem receptivos com estudantes com deficiência, evidenciando seu despreparo técnico e, sobretudo, humano em saber lidar com as diferenças que estão presentes na academia.

Logo, o momento é inovar com ações que possibilitem a mudança e mobilização

de saberes docentes, mas observa-se que essa concepção é complexa, mas não inevitável, requer muito mais que discussões, formulações e/ou construções de políticas públicas, em vista de desconstruir barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais para pensar em um ambiente acadêmico que vivencia valores e princípios inclusivos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. I. Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas de inclusão? In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BRASIL. **Acessibilidade**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF: Senado, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial**. Brasília, DF: MEC, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF: Senado, 2003.
- GODOY, H. P. **Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista**: recomendações oficiais e normais oficiais. São Paulo: Mackenzie, 2002.
- MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. São Paulo: Artmed, 2002.
- MOEHLECKE, S. **Propostas de ações afirmativas no Brasil**: o acesso da população negra no ensino superior. 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2000.
- MOREIRA, L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais**: das ações institucionais às práticas pedagógicas. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 125-143, jul./set. 2011.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011.
- MORTHY, L. Universidade em questão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Universidade em questão**. Brasília/DF: Unb, 2003. p. 15-31.
- PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C.; CAVALLET, V. J. Docência no ensino superior: construindo caminhos. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP. 2003.
- TEIXEIRA, E. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- VITALIANO, C. R. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Edel, 2010.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, pro-



vided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 08 de dezembro de 2016.

**Avaliado** em 17 de janeiro de 2017.

**Aceito** em 23 de janeiro de 2017.

**Publicado** em 28 de março de 2017.

**Como citar este artigo (ABNT):**

ALMEIDA JÚNIOR, Claudovil Barroso de;  
FERNANDES, Sueli. Políticas de acessibilida-  
de no ensino superior: desafios institucio-  
nais. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá,  
v. 6, n. 3, p. 75-83, set./dez. 2016.